

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Repercussões dos resultados do censo escolar na elaboração de políticas educacionais

Andréia Vitória Trevisol Orso¹

andreia.orso@unochapeco.edu.br

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapeco)

Prof^a Dr^a Marilandi Maria Mascarello Vieira²

mariland@unochapeco.edu.br

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapeco)

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte do pressuposto que a educação é um fenômeno social e concordamos com Libâneo (1991, p.18) que afirma que ela é parte integrante das relações sociais, políticas, econômicas e culturais de uma dada sociedade. Nesse sentido, quando falamos em políticas educacionais brasileiras devemos ter a ciência de que as ações concretizadas nesse campo devem visar a efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal.

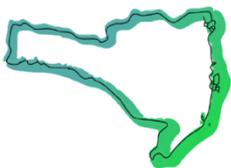
Para tanto, as políticas educacionais têm o intuito de desenvolver e aplicar dispositivos que “[...] garantem a Educação a todos, bem como a avaliação e ajuda na melhoria da qualidade do ensino no país” (SMARJASSI; ARZANI, 2021) e, por isso, é importante ter um “inventário” de informações que subsidiem a elaboração de um diagnóstico acerca da situação da educação para orientar a elaboração de políticas adequadas a educação.

Seguindo uma lógica mundial, o Brasil vem implementando ações para corrigir a defasagem da educação e, dentre estas, está o Censo Escolar, programa executado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), realizado anualmente desde o ano de 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7334, de 19 de outubro de 2010, que se caracteriza como pesquisa de caráter declaratório respondida pelas Secretarias de Educação dos estados, municípios, gestores e equipe pedagógica de escolas públicas e privadas.

Assim, o censo escolar, segundo a definição do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), é “[...] o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira”, uma vez que o panorama apresentado é muito amplo, com informações de dados estruturais das escolas, níveis e modalidades de ensino, socioeconômicos, escolarização de profissionais, rendimento dos alunos

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação - Unochapecó.

² Doutora, Professora do Programa de Pós Graduação em Educação - Unochapecó



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



(aprovado e reprovado), movimento (transferidos, deixou de frequentar), atendimento educacional especializado, faixa etárias dos estudantes, entre outros. Dessa forma, esta coleta é uma forma para que “[...] os atores educacionais possam compreender a situação educacional do país, das unidades federativas, dos municípios e do Distrito Federal, bem como das escolas” (SED/SC, 2021), possibilitando a identificação de possíveis demandas que precisam de atenção e solução.

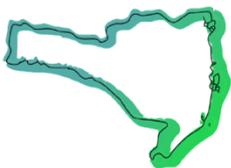
Nesse sentido, acreditamos que os dados produzidos pelo censo escolar deveriam contribuir para a formulação de políticas educacionais, baseados nos levantamentos produzidos, pois ele oferece aos gestores informações que permitem elaborar um diagnóstico do que é necessário para atender a demanda observada na área, o que acarretaria em ações assertivas.

Entretanto, a atuação como profissional da educação na Coordenadoria Regional de Educação de São Lourenço do Oeste indica que parece haver pouco impacto dos dados produzidos pelo censo escolar nas escolas das redes municipais, estaduais e particulares. Acreditamos que existem gestores que não conhecem os dados produzidos e os questionam o quando há diminuição no valor de repasse financeiro, visto haver vários programas do Governo Federal que se baseiam nestes dados e, mais recentemente, o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS Educação SC, Projeto de Lei nº 282/2022 que vincula parte do repasse do ICMS ao desempenho educacional na rede pública a partir de indicadores que se baseiam em dados do censo escolar (TCE, 2023).

Quando nos referimos às políticas educacionais, concordamos com Jakimiu (2016, p. 215) que estas “[...] são criadas no sentido de contribuir, no sentido de ser um meio para a efetivação de um direito educacional instituído legalmente”, mas que podem efetivamente chegar de diferentes formas a escola. No entanto, o que nos intriga é que alguns programas destinados às escolas são bem descontextualizados com a realidade local, como a obrigatoriedade de cumprir com a meta 06 do Plano Nacional de Educação que prevê o atendimento integral de até 25% dos alunos da Educação Básica até 2024, quando as redes têm dificuldade de atender o ensino em meio período (4 horas), ou ainda, a própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ainda tão longe dos contextos escolares. E ficam alguns questionamentos: de onde elaboradores de políticas educacionais partem para pensar tais ações? Em que se sustentam?

Assim, esta pesquisa tem como tema as repercussões dos resultados do censo escolar na elaboração de políticas educacionais, sendo orientada pelo seguinte problema: Como os resultados do censo escolar influenciam os gestores das redes municipais de ensino da região da AMNOROESTE de Santa Catarina na elaboração das políticas educacionais?

Quanto ao objetivo geral pretende-se analisar as influências dos resultados do censo escolar na elaboração de políticas educacionais promovidas pelos gestores das redes municipais da região da AMNOROESTE de Santa Catarina e como objetivos específicos: a) compreender as origens, os objetivos e as dimensões do censo escolar. b) analisar os critérios que os gestores das redes municipais de ensino da região da AMNOROESTE de Santa Catarina levam em consideração para elaborar as políticas educacionais no período de 2012 a 2023. c) avaliar como os resultados do censo escolar em relação à infraestrutura, gestão, escolarização e formação docente repercutem em ações concretas na elaboração das políticas educacionais promovidas pelos gestores das redes municipais de ensino da região da AMNOROESTE de Santa Catarina.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Quanto à linha teórica, a escolha foi pela concepção dialética, considerando a perspectiva mais apropriada para a análise das políticas educacionais, porque busca a transformação social através do esclarecimento. Nesse sentido, os trabalhos de Stephen Ball e colaboradores deverá servir como base para o estudo, considerando que “[...] a abordagem do ciclo de políticas traz várias contribuições para a análise de políticas, uma vez que o processo político é entendido como multifacetado e dialético, necessitando articular as perspectivas macro e micro” (MAINARDES, 2006, p.55).

MATERIAIS E MÉTODOS

Em relação à metodologia, trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa e, em relação aos seus objetivos, é descritiva. Embora esteja em fase inicial, em relação aos procedimentos técnicos, será utilizada a pesquisa de campo, que é caracterizada pelas investigações onde, conforme Gerhardt e Silveira (2009, p.37), “[...] além de pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com recursos de diferentes tipos de pesquisa [...]”.

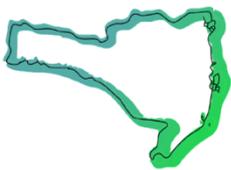
Constituirá o lócus da pesquisa os municípios que compõem a AMNOROESTE, ou seja, São Lourenço do Oeste, Novo Horizonte, Jupiá, Galvão, Coronel Martins, São Bernardino, Irati e Quilombo. Os participantes da pesquisa serão os secretários municipais de educação que atuaram nesta função no período de 2012 a 2023, o que corresponde a três legislaturas de prefeitos municipais (2012 - 2016 - 2020). Todos os ocupantes do referido cargo serão convidados a participar e, como no momento não temos a dimensão da quantidade de pessoas que constituem o universo, não há como definir o número de sujeitos pesquisados, porém espera-se atingir pelo menos 8 participantes.

RESULTADOS

Como a pesquisa está em fase inicial não é possível antever resultados e conclusões. Entretanto, foi realizada parte da revisão de literatura, com a busca pelo estado do conhecimento sobre o tema, onde foram analisados 23 documentos, identificando que muitos deles são estudos descritivos, com temas frequentes sobre a educação especial e a trajetória educacional dos estudantes e são de caráter quantitativos. Também iniciamos o estudo sobre o censo escolar, identificando o percurso histórico de sua formulação, seus objetivos, sua dimensão para o levantamento de dados e fases. No momento estamos nos dedicando ao estudo sobre o ciclo de políticas de Stephen Ball.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que existe uma lacuna em pesquisas sobre o censo escolar e as políticas educacionais e acreditamos que esse estudo possa auxiliar os gestores municipais na formulação de ações a partir do entendimento do censo escolar.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



PALAVRAS-CHAVE: Política educacional, censo escolar, gestão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm, Acesso em: 15 maio. 2023

ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina/SED. **Censo Escolar da Educação Básica**. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/informacoes-educacionais/30915-censo-escolar-educacao-basica>. Acesso em: 01 dez. 2022.

GERHARDT, T.E. SILVEIRA, D.T. Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira - **O papel do gestor municipal no acompanhamento e preenchimento do censo escolar**. Brasília/DF, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/pesquisas_estatisticas_indicadores_educacionais/censo_escolar/orientacoes/matricula_inicial/papel_do_gestor_municipal_no_acompanhamento_e_preenchimento_do_censo_escolar.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.

JAKIMIU, V.C.de L. Considerações acerca do campo disciplinar das políticas educacionais. **Revista de Estudos Epistemológicos em Política Educativa**. v.1, n.2, p. 211-229, 2016.

LIBANELO, J. C. **Didática**. São Paulo, Cortez, 1991.

MAINARDES, J.A. A abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Revista de Ciência da Educação - Educação & Sociedade**, n 27, abril 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvXyYtCQHCFyhsJ/abstract/?lang=pt>. A, acesso em: 15 dez. 2022.

SMARJASSI, C.; ARZANI, J. H. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 15, 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica>. Acesso em: 30 set. /2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA. **Alesc aprova ICMS Educação, e índice publicado pelo TCE/SC servirá para a base de cálculo**. Disponível em: <https://www.tcsc.tc.br/ale-sc-aprova-icms-educacao-e-indice-publicado-pelo-tcsc-servira-para-base-de-calculo>. Acesso em: 15 maio. 2023.